



Esta seção analisa os últimos dados sobre o mercado de trabalho a partir do Caged e da Pnad Contínua: sob Bolsonaro, no segundo trimestre de 2019, o Brasil bateu recordes na taxa de desalento, na quantidade de desempregados que procuram trabalho há no mínimo dois anos, na taxa de subutilização e no número de trabalhadores por conta própria. Traz também uma análise dos ataques mais recentes à autonomia das instituições federais de educação superior.

Um em quatro desempregados procura trabalho há dois anos ou mais

Os dados do Caged passaram a ser divulgados sem coletiva de imprensa mensal, como ocorria anteriormente, e a coletiva agora só ocorre uma vez por trimestre. Os últimos dados divulgados mostram que o Brasil criou 43.820 vagas de trabalho (emprego formal) em julho de 2019, abaixo de junho deste ano (48,4 mil) e de julho de 2018 (47,3 mil). No acumulado de janeiro a julho de 2019, o saldo foi positivo em 461.411 vagas, o melhor desempenho para o período desde 2014, quando a abertura de vagas chegou a 632.224 postos, na série com ajustes. Em doze meses, até julho, houve abertura de 521.542 postos de trabalho. No entanto, o volume de empregos disponível (estoque) continua muito baixo, ainda sem se recuperar da crise que assola o mercado de trabalho desde 2015.

Já quanto à taxa de desocupação, a última medição disponível é a da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) para o do segundo trimestre de 2019, em que foi 12%, 0,7 ponto percentual menos que no primeiro trimestre de 2019 e 0,4 ponto percentual menos que no segundo trimestre de 2019. Regionalmente, há mui-

tas disparidades: enquanto Bahia, Amapá e Pernambuco apresentam índices acima de 16%, Santa Catarina e Rondônia têm índices em torno de 6%. Já em termos de variação, considerando o segundo trimestre de 2018, ela aumentou em Roraima (3,7 pontos percentuais) e Distrito Federal (1,5 ponto percentual), caindo no Amapá (-4,4 p.p.) Alagoas (-2,7 p.p.) e Minas Gerais (-1,2 p.p.), com estabilidade nas demais.

A população desocupada (12,8 milhões de pessoas) ficou estatisticamente estável em relação a igual período de 2018; já a população ocupada cresceu 2,6% (mais 2.401 mil pessoas) na comparação com o mesmo período de 2018, e a população fora da força de trabalho (64,8 milhões de pessoas) recuou -1,0%, ou menos 621 mil pessoas frente ao mesmo trimestre do ano anterior. Mais de um quarto (26,2%) dos desempregados procura trabalho há no mínimo dois anos. São 3,347 milhões de pessoas nessa condição, recorde desde 2012.

Já a taxa composta de subutilização da força de trabalho (percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e

na força de trabalho potencial em relação à força de trabalho ampliada) foi de 24,8%, maior valor da série histórica, frente a 24,5% no segundo trimestre de 2018. O número de pessoas subutilizadas no Brasil chegou a 28,4 milhões, 923 mil a mais do que no segundo trimestre de 2018. Regionalmente também há grandes disparidades neste índice de subutilização, com Piauí, Maranhão e Bahia com taxas acima de 40%. Já as menores taxas ocorreram em Santa Catarina (10,7%), Rondônia (15,7%) e Mato Grosso (15,8%).

O número de desalentados – aqueles que desistem de procurar emprego ativamente – chegou a 4,9 milhões no segundo trimestre de 2019, e o percentual de desalentados em relação à população na força de trabalho chegou a 4,4%, recorde da série histórica. Regionalmente, este número se concentra na Bahia (766 mil pessoas) e Maranhão (588 mil), com menores concentrações no Amapá e Rondônia (13 mil e 15 mil respectivamente).

Sobre precarização, levantamento da consultoria IDados mostrou que 10,1 milhões de pessoas sobrevivem com menos de um salário mínimo. Outros 3,6 milhões conseguem rendimento igual ou inferior a dez reais por dia, ou trezentos reais por mês. Quanto a isso, a Pnad Contínua traz alguns apontamentos: apesar do número de empregados no setor privado com carteira assinada (exceto trabalhadores domésticos) ter chegado a 33,2 milhões de pessoas, subindo em ambas as comparações, com crescimento de 1,4% (mais 450 mil pessoas) frente ao mesmo período de 2018, o número de empregados sem carteira assinada (11,5 milhões de pessoas) também subiu 5,2% (mais 565 mil pessoas) em relação ao mesmo trimestre de 2018. Também, o número de trabalhadores por conta própria (24,1 milhões) bateu novo recorde da série histórica, com 5% de crescimento (mais 1.156 mil pessoas) frente ao mesmo período de 2018.

Educação superior: governo contra-ataca

Espaço em que há bastante crítica ao governo federal, a educação superior tem sido alvo de polê-

micas medidas do governo. Com o “Future-se”, que foi tema da seção social da edição de julho deste boletim, o governo busca reduzir a autonomia das instituições federais de educação superior, submetendo-as a Organizações Sociais (OSs) que responderiam ao Ministério da Educação. Assim, seria reduzida a autonomia das instituições.

Além disso, sucessivos cortes/contingenciamentos têm colocado grandes problemas para o funcionamento das instituições, que também têm enfrentado uma política do Ministério da Educação de desrespeito a eleições internas para diretor-geral ou reitor, nomeando outras pessoas, até mesmo de fora da lista tríplice que é enviada para o governo. O caso com maior repercussão nas últimas semanas foi o do Cefet-RJ, em que a comunidade acadêmica fez um cordão humano para impedir a entrada de assessor do ministro da Educação, externo à instituição, ao local onde deveria tomar posse do cargo de diretor-geral. Universidades como a Federal do Ceará, Unirio, UFTM, UFGD, UFRB e UFVJM não tiveram suas eleições internas respeitadas. Com a imposição de reitores, o governo pode ter mais facilidade em implementar o programa “Future-se”, proposto pelo MEC, ao qual alguns conselhos universitários já haviam demonstrado repúdio.

Vale lembrar que um dos grandes avanços ocorridos durante os governos do PT quanto à educação superior foi na inclusão de grupos mais vulneráveis, como negros, estudantes de famílias mais pobres e nortistas e nordestinos. Tal inclusão foi fruto de um mix de melhorias sociais e políticas públicas que alteraram as perspectivas das famílias brasileiras, bem como políticas voltadas especificamente para este fim na educação superior (como o Prouni, Reuni, entre outros). As novas propostas não levam em conta em momento algum o aspecto da inclusão na educação superior como algo importante. Pelo contrário, o anterior ministro da Educação de Bolsonaro havia afirmado que a universidade não é para todos. Ainda, é importante frisar que a política de cotas (ações afirmativas), tal como proposto na lei que a instituiu, deve ser revista em 2022, o que ocorrerá ainda no governo Bolsonaro.